

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 108 Rio de Janeiro, de 29 de novembro a 5 de dezembro de 2005

Soluções para o consumidor

Rony Maltz



Juliana Pessanha comemora o projeto de lei que determina terminais de consulta para verificar as comandas eletrônicas

Música, conversas animadas, descontração... e discussões na hora de pagar a conta. Cenas como esta são comuns na noite do Rio, em especial em bares, restaurantes e boates que utilizam cartões eletrônicos como comandas de consumo. A situação motivou o deputado Paulo Melo (PMDB) a apresentar projeto de lei que obriga estes estabelecimentos a disponibilizar um terminal eletrônico de autoconsulta, para que o consumidor possa conferir o que está sendo lançado em seu cartão. A advogada Juliana Pessanha, freqüentadora da boate Symbol, no Centro do Rio, elogiou a iniciativa do parlamentar: “Se em todas as boates fosse assim,

seria maravilhoso”, afirma. O garçom Francisco Oliveira também apreciou a iniciativa, mas por estar do outro lado do balcão: “Isto vai evitar brigas na hora de pagar”.

Proposições como esta movimentaram a semana dos deputados estaduais fluminenses, que apreciaram e aprovaram diversos projetos de lei voltados para o benefício dos consumidores. De datas alternativas para o vencimento de contas da Cedae ao aumento dos tipos de produtos comercializados em farmácia, as medidas visam proteger o cidadão de constrangimentos e evitar discussões – no bar ou na Justiça.

PÁGINAS 4 e 5

*Palácio Tiradentes
abre as portas
para visitantes*

PÁGINA 2

*Alerj entrega
diploma Zumbi
dos Palmares*

PÁGINA 3

*Em debate: o combate
à Aids no Brasil
é eficaz?*

PÁGINA 6

Visita que é uma viagem no tempo

EXPOSIÇÃO PERMANENTE ATRAI AO PALÁCIO TURISTAS, ALUNOS DA REDE PÚBLICA E GRUPOS DA TERCEIRA IDADE

THAYSSA PLUM

Visitar o Palácio Tiradentes é fazer um passeio pelos grandes acontecimentos da História do Brasil e do seu Parlamento. Fruto da parceria entre o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense da Alerj e a Fundação Getúlio Vargas, a exposição permanente “Palácio Tiradentes: lugar de memória política” explica de maneira clara e ilustrativa os importantes acontecimentos que marcaram o Palácio. “A visita é uma aula de história sobre o País e o processo que culminou na conjuntura política atual”, afirma o coordenador da exposição, Fábio Guimenes. Os visitantes são monitorados por estudantes do curso de História da Uerj, que explicam todo o processo histórico da vida política brasileira.

A explicação dos guias começa no tempo de D. Pedro I, quando o espaço em que hoje está o Palácio Tiradentes era a Cadeia Velha, sede da Assembléia Geral Legislativa do Império, e segue até os dias atuais. Os visitantes também são convidados a percorrer os corredores do Palácio Tiradentes e conhecer suas obras de arte, como as pinturas de Timóteo da Costa, no teto do Salão Nobre. Os quiosques multimídia são um serviço adicional, oferecido em português, inglês e espanhol. Neles,



Alunos da Uerj relatam aos visitantes fatos importantes da história política do Brasil

pode-se fazer a visita virtual ao Palácio, conhecer os deputados estaduais desta legislatura e ouvir depoimentos do jurista Evandro Lins e Silva, do ex-deputado José Talarico e do jornalista Villas-Boas Corrêa, importantes personagens da história política brasileira.

Só em setembro, o Palácio Tiradentes recebeu 4.440 visitantes. Fábio explica que, durante os meses de aula, os alunos são maioria. “O que mais atrai as crianças é a grandiosidade da fachada do Palácio Tiradentes. Ao entrar, elas querem conhecer o Plenário e saber onde os deputa-

dos trabalham”, conta. Alunos de escolas públicas, grupos da terceira idade e de projetos ou organizações não-governamentais ligadas aos governos municipal, estadual ou federal têm direito a transporte ao agendar a visita pelo número (21) 2588-1251. Já nos meses de férias cresce o número de turistas. Em julho, foram recebidas 2.700 pessoas não-agendadas. Há guias que falam também inglês, espanhol e francês, a fim de atender aos turistas estrangeiros. O horário de visitação é das 10h às 17h, de segunda a sábado, e das 12h às 17h, aos domingos.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Grça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Faço um apelo à mulher, à mãe e à cidadã governadora, para que não mais mande assessores ao Hospital Pedro Ernesto, mas que vá verificar a situação com seus próprios olhos.”

José Bonifácio (PDT), cobrando recursos orçamentários para a nova unidade neonatal do Hospital Universitário Pedro Ernesto



“A ética deixa de existir à medida que nós deixamos de lado a civilidade. Há muito descaso, hoje, em Brasília.”

Coronel Rodrigues (PSC), lamentando a crise enfrentada pelo Governo federal

“É um fundo para a Defensoria Pública, mas, na verdade, o objetivo é a defesa da população mais humilde, que precisa desse serviço.”

Edmilson Valentim (PCdoB), após a aprovação da mensagem do Executivo que criou o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Orgulho da raça premiado na Alerj

PERSONALIDADES RECEBEM DIPLOMA ZUMBI DOS PALMARES, POR ATUAÇÃO NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

PEDRO MOTTA LIMA

“A Alerj está ajudando a resgatar a história do negro no País.” Este, segundo a deputada Jurema Batista (PT), é um dos objetivos do diploma Zumbi dos Palmares, que foi entregue, pela primeira vez, no último dia 21, no plenário Barbosa Lima Sobrinho. Entre as pessoas que receberam a homenagem estavam a ex-governadora e ex-ministra de Ação Social Benedita da Silva, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, a atriz Isabel Fillardis, a cantora Leci Brandão e a poeta e atriz Elisa Lucinda. “O diploma é uma forma de reconhecer o trabalho destas pessoas no combate à discriminação racial. Elas são exemplos de força para os mais novos. A história deles serve como motivação para que os negros ocupem seus espaços na sociedade”, disse a deputada, autora da lei que criou a comenda.

De acordo com a iniciativa, anualmente será realizada uma solenidade para homenagear 15 pessoas que se destacaram na luta pela igualdade racial. “Sei que muitos ficaram de fora, mas este foi apenas o primeiro ano”, disse Jurema. A sessão, presidida pela petista, teve a mesa composta pela deputada Cida Diogo (PT), que é autora da lei que instituiu o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra no Estado do Rio de Janeiro, e o vice-cônsul de Angola, João Diogo Fortunato, além de Leci Brandão, Joaquim Barbosa e Benedita da Silva.

Durante seu discurso, a ex-governadora, primeira mulher negra a ocupar o cargo no Estado do Rio de Janeiro, lembrou da importância de Zumbi dos Palmares. “Ele é um herói nacional, não apenas dos negros. Foi um homem que soube governar com justiça e paz”, lembrou Benedita. A luta pela igualdade racial e o fim do preconceito foram temas presentes nos discursos dos homenageados. O sistema de cotas e as políticas afirmativas foram lembrados, principalmente quando o diploma foi



A deputada Jurema Batista entrega o diploma à ex-governadora Benedita da Silva (alto) e à atriz Isabel Fillardis (acima): exemplos de como o negro deve ocupar seu espaço

entregue ao frei David Raimundo dos Santos, um dos expoentes na luta por políticas públicas que criem mais oportunidades para os negros. “Sinto muito orgulho de ter participado, aqui na Alerj, da votação que criou o sistema de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fomos pioneiros, e a partir desta decisão é que foi iniciada uma ampla discussão nacional sobre o tema”, afirmou a petista Cida Diogo.

Também receberam o diploma o beleireiro e dono do salão Afonjá João Pedro Pereira de Jesus, o presidente do Afrobras e um dos idealizadores da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, José Vicente, o professor Marcelo Paixão, o advogado Humberto Adami, a revista *Raça*, representada por sua diretora, Liliane Santos, a ex-procuradora federal Sebastiana Arruda e o procurador Wilson Roberto Prudente, do Ministério Público do Trabalho.

Projetos aprovados fazem valer direitos do consumidor fluminense

Iniciativas visam a fazer justiça e evitar constrangimentos

FERNANDA GALVÃO E PEDRO MOTTA LIMA

Música para os ouvidos dos consumidores do estado do Rio de Janeiro. Preocupados com situações do cotidiano que podem causar constrangimentos e acabar em batalhas judiciais, os deputados estaduais apreciaram, entre os dias 22 e 24, diversos projetos de lei com o intuito de defender os interesses de quem ajuda a economia do estado a crescer, através do comércio e da prestação de serviços. As iniciativas vão desde a garantia de que cartões de crédito e débito não poderão ser sustados sem aviso prévio até a proibição da exigência de boletos de pagamento de planos de saúde, quando da realização de consultas e exames. Os projetos seguem, agora, para a sanção da governadora Rosinha Garotinho.

Aprovado em segunda discussão no dia 22, a iniciativa, da deputada Graça Pereira (PFL), proíbe hospitais, clínicas, consultórios e qualquer outro estabelecimento de prestação de serviços médicos e dentários de exigir comprovantes de pagamentos das prestações dos planos e seguros de saúde. “Existem casos, como o da minha própria família, que todos os pagamentos são feitos em um único boleto. E se mais de um membro da família for usar o plano?”, questiona a deputada. De acordo com a pefelista, o controle de adimplência do plano pode e deve ser feito por telefônico, ou por meio eletrônico.

O uso do telefone pelos prestadores de serviço também é defendido pelo deputado Fábio Silva (PMDB), que apresentou projeto de lei que proíbe administradoras e instituições bancárias de suspender o funcionamento dos cartões de crédito ou débito sem aviso prévio aos consumidores. A iniciativa foi aprovada no último dia 24, e determina que, em caso de inadimplência, o usuário deve ser comunicado da suspensão do serviço na fatura

mensal. Já em casos de procedimentos obscuros ou fora dos padrões de uso, o titular do cartão deve ser avisado por telefone. “É uma medida para defender o consumidor e preservá-lo de constrangimentos”, defende o parlamentar.

A transparência das relações de consumo também figura entre as preocupações do deputado Paulo Melo, líder do PMDB na Alerj. Dois projetos de sua autoria, apreciados e aprovados por seus pares entre os dias 22 e 24, tratam desta questão. O primeiro, aprovado no dia 22, obriga estabelecimentos comerciais que usam cartões eletrônicos para computar o consumo de seus clientes a disponibilizar um terminal eletrônico de autoconsulta, em local visível e de fácil acesso. “Ainda que seja uma forma moderna de controle, muitos clientes têm sido lesados pela falta de transparência deste procedimento, devido à impossibilidade de verificação e compreensão da discriminação e quantificação dos produtos lançados nos cartões”, explica o deputado.

Freqüentadores de boates como a Symbol, no Centro do Rio, comemoraram a decisão da Casa. Para a fonoaudióloga Márcia Mendonça, a iniciativa é válida. “O terminal vai oferecer mais facilidade na hora de conferir o que gastamos”, afirma. Já o garçom Francisco das Chagas Pereira Oliveira acha que com a medida não haverá perigo de briga. “Quando as pessoas esquecerem o quanto já consumiram, poderão conferir por si próprias, e não discutir com o garçom”, pondera.

Paulo Melo garantiu, ainda, a aprovação de outro projeto de lei – o que determina a divulgação, em estabelecimentos que operem com financiamento, crediário, empréstimos ou outras operações financeiras, da lei federal 8.078/90, que garante a quem efetuar a liquidação antecipada do débito, total ou parcial, a redução proporcional de juros e demais acréscimos. “É mais uma iniciativa para garantir o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor. As pessoas precisam conhecer os seus direitos”, defende Paulo Melo, que é vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj.

Seu colega de bancada, o deputado Edson Albertassi (PMDB) também pro-



Simone Marques apóia o projeto que permite a diversidade dos produtos em farmácias e drogarias

pôs mudanças, mas para facilitar a vida do consumidor. A proposta, aprovada no dia 22, permite que drogarias e farmácias vendam, além de remédios, de perfumes e cosméticos a produtos dietéticos e comestíveis, como biscoitos e chocolates, passando por produtos para bebês, refrigerantes, leite em pó e itens de higiene pessoal. “Esta medida já é adotada no município do Rio de Janeiro, e estamos estendendo para todo o estado. Foi um pedido da Associação de Farmácias, que prevê um aumento do número de postos de trabalho, com a nova lei”, afirma Albertassi. Para a funcionária pública Simone Marques, a novidade é providencial. “É ótimo, porque nós encontramos várias coisas em um lugar só. Eu teria que enfrentar uma fila de supermercado para poder comprar certos produtos. Ganhei tempo”, afirma. Gerente da unidade São José da rede Farmalife, Josilene Marques também apóia a proposição. “A tendência é aumentar este tipo de venda casada. É mais cômodo para o consumidor, e melhor para o lojista”, acrescenta.



Pagamentos em agências e datas de vencimento alternativas

O sistema de pagamento de contas de concessionárias de serviços públicos também passou pela apreciação dos deputados. De autoria de Caetano Amado (PL), a iniciativa proíbe as empresas de somente aceitarem o pagamento dos débitos de seus assinantes em agências bancárias, através do sistema de débito automático. Aprovado no dia 24, o projeto, de acordo com o autor, visa a facilitar a vida do consumidor. “Algumas empresas só aceitam o pagamento de suas contas na forma de débito automático em conta corrente, ou seja, o cliente que não colocar a uma casa lotérica”, explica o deputado. Já o peemedebista Dica teve seu projeto de lei, que faculta a escolha da data de vencimento das contas da Cedae ao aposentados, aprovado no dia 22. A proposta oferece como opções de vencimento os dias 5, 10 e 15. “Acredito que a inadimplência

vai diminuir”, disse.

Outras iniciativas a favor dos consumidores já estão prontas para ir a votação, em segunda discussão – ou seja, se forem aprovadas, irão à sanção da governadora Rosinha Garotinho. É o caso do projeto que estende aos membros do magistério público estadual o benefício da meia-entrada em cinemas, museus, teatros, exposições e estádios. Para Dica, autor do projeto, a proposição tem o objetivo de incentivar a qualificação dos mestres. “Um professor bem qualificado deve participar de atividades culturais, para ser o elemento de transformação de nossa sociedade”, defende.

Já Ricardo Abrão (PP) quer obrigar as empresas de telecomunicações a informar, nas contas, a relação de todas as ligações destinadas a linhas fixas. O texto determina ainda que a boleto deve trazer as datas, o número das linhas chamadas, o horário, a duração da ligação e seu valor unitário. “Hoje é apresentada uma cobrança do total das ligações feitas a outras linhas fixas. Isto fere o princípio da transparência”, critica. Para a empresária Nilma Couto (foto), a iniciativa do deputado poupará dores de cabeça aos assinantes. “O controle vai ficar na mão dos consumidores”, acredita. Ela explica que já precisou acionar a Telemar por ligações creditadas indevidamente a uma linha, em seu nome. “A linha não tinha sequer um aparelho conectado, e chegou a vir com valores de até R\$ 200”, lembra ela, que é proprietária de uma escola na Penha, Zona Norte do Rio.

EM DEBATE: O COMBATE À AIDS NO BRASIL É EFICAZ?

CIDA DIOGO

DEPUTADA ESTADUAL PELO PT

Trabalho contínuo

Leandro Rosa



Esta semana comemoramos o Dia Internacional de Luta Contra a Aids. Mais do que uma ocasião propícia à conscientização quanto às formas de prevenção, é um momento de celebrarmos o nosso bem sucedido Programa Nacional de DST/Aids, que completará 20 anos em 2006. Foram muitas conquistas, que nos tornaram referência no atendimento e tratamento aos portadores do HIV no mundo. Dia 1º de dezembro será um dia para que os brasileiros reflitam acerca do papel fundamental do programa no controle da epidemia no País.

Com a missão de reduzir a transmissão da doença e aumentar a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/Aids, o programa tem, ao meu ver, como uma de suas principais qualidades e, conseqüentemente, principais razões de sucesso, a lógica de estabelecer parcerias com organizações não-governamentais. Ao não se limitar aos convênios apenas como secretarias de Saúde e conveniados ao SUS, o programa conseguiu se transformar em referência numa perspectiva de acolhimento ao portador.

A transmissão do HIV é um problema de todos nós, e essa consciência também se deve ao compromisso com que o Governo investe no fortalecimento da sociedade civil, com ações de prevenção, assistência e direitos humanos.

“Foram muitas conquistas, que nos tornaram referência”

Por isso que tem preocupado tanto a nós – profissionais de saúde, Ongs e grupos que atuam na área – a falta de investimento e a redução de recursos a que tem sido submetida a Secretaria estadual de Saúde.

No dia 2, estaremos lançando, na Alerj, a Frente Parlamentar em HIV/Aids, na qual pretendemos reunir um número expressivo de deputados em torno de um objetivo comum: Solidificar a parceria entre o movimento social organizado, organizações não-governamentais, órgãos governamentais e o Parlamento do Estado do Rio de Janeiro, aglutinando forças no combate à Aids no estado. No ano em que o Programa Nacional de DST/Aids completará 20 anos, a Alerj estará iniciando um trabalho que servirá como mais um instrumento, neste longo caminho ainda a percorrer.

WILLIAN AMARAL

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO GRUPO PELA VIDDA

Esforço incompleto

Augusto Carazza



No mundo existem cerca de 40 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV. No Brasil, até o momento, existem 600 mil casos notificados de Aids, dos quais 165 mil estão em tratamento anti-retroviral – cerca de 10% da população mundial que utiliza este tipo de medicamento. Todos os doentes de Aids no País são mantidos pela distribuição de 17 medicamentos anti-Aids pelo Sistema Único de Saúde (SUS), consumindo mais de R\$ 1 bilhão em recursos do Ministério da Saúde.

Estes dados nos dizem que temos um dos melhores programas de Aids do mundo. O Brasil é o único país que mantém o acesso universal a estes medicamentos para os soropositivos que deles necessitem, independente desses cidadãos terem ou não recursos financeiros para comprá-los.

No entanto, entendo que um programa de Aids não se faz somente com a distribuição dos anti-retrovirais. Isto se faz com um conjunto de políticas públicas continuadas, tais como ações e campanhas de prevenção, ampla oferta de insumos de prevenção, educação sexual nas escolas, financiamentos para ações de organizações da sociedade civil, políticas específicas para as populações vulneráveis ao HIV e investimentos na assistência ambulatorial, hospitalar, farmacêutica e no desenvolvimento social.

Hoje, no Brasil e em particular no Estado do Rio de Janeiro, vivemos um caos na saúde pública, onde os gestores federais, estaduais e municipais não conseguem ou não querem se entender. E a Aids, no contexto de saúde pública, não fica imune a esta disputa política.

“A Aids, no contexto de saúde pública, não fica imune às disputas políticas”

A epidemia de Aids atinge cada vez mais pessoas em situação de pobreza ou em situação de exclusão social. Exatamente as pessoas que tentam ser usuárias do SUS, que pelo caos instalado só conseguem acesso aos serviços com muita dificuldade, ou através dos serviços de emergência, quando já estão doentes, com poucas chances de obter os benefícios da terapia anti-retroviral.

A Aids não pode ser uma prioridade deste ou daquele governo, deve ser em todas as esferas governamentais. Deter a epidemia é uma bandeira que o poder público e toda a sociedade devem levantar e, principalmente, sustentar.

Degase próximo de receber verbas

ALESSANDRO MOLON E GERALDO MOREIRA DESTINAM AO ÓRGÃO R\$ 23 MILHÕES EM EMENDAS AO ORÇAMENTO DE 2006

Augusto Carazza



A promotora Leila Costa defendeu a interiorização das unidades de internação do Degase

THAYSSA PLUM

Representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público reuniram-se na 2ª Vara da Infância e Juventude no último dia 24, para discutir formas de combater a superlotação nas unidades do Departamento Geral de Ações Socioducativas (Degase), onde ficam internados crianças e adolescentes em conflito com a lei. Presente à reunião, o presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude, deputado Alessandro Molon (PT), anunciou que apresentará emendas ao Orçamento que somam R\$ 17 milhões, destinados a reformas nas unidades do Degase, novas unidades no interior do estado e apoio à família dos adolescentes em conflito com a lei, entre outros programas. O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Geraldo Moreira (PMN), que também participou do encontro, apresentou duas emendas que destinam R\$ 6,1 milhões ao departamento.

As emendas respondem a reivindicações das autoridades que lidam com as crianças e adolescentes do Degase. “Hoje, estes jovens são punidos e privados de liberdade. Não ocorre uma medida socioeducativa, como prevêem a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente”, afirmou a defensora pública Eufrásia de Souza. Segundo a coordenadora operacional das promotorias da In-

fância e Juventude do estado, Leila Costa, um importante ponto a ser revisto é a descentralização das unidades de internação na capital. “Ter um jovem de Paraty ou Campos internado na cidade do Rio de Janeiro tem os piores efeitos possíveis”, concordou a promotora Eliane de Lima, da 2ª Vara da Infância e Juventude.

Molon afirmou que em 2005 o Orçamento previu R\$ 27,5 milhões para programas relacionados às crianças e adolescentes em conflito com a lei, mas foram executados apenas R\$ 10 milhões. “Este ano, a previsão é de R\$ 10 milhões, mas a demanda exige muito mais”, defendeu o parlamentar. Molon lembrou que é necessária uma atuação conjunta das autoridades presentes na audiência pública, para que as emendas sejam aprovadas e executadas. “Peço aos representantes do Ministério Público, da Secretaria estadual de Infância e Juventude e da 2ª Vara que me acompanhem em uma reunião com o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), e o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Edson Albertassi (PMDB)”, disse. Segundo Geraldo Moreira, a mobilização permanente das autoridades é muito importante, já que o Orçamento é autorizativo, e não imperativo. “O Governo do estado vai tomar ciência de que o aumento do orçamento destinado ao Degase é uma proposta excelente”, garantiu o secretário estadual de Infância e Juventude, Evandro Steele.

CURTAS**Caixa Econômica**

Uma equipe da Caixa Econômica Federal (CEF) realizará palestra para os funcionários da Assembléia Legislativa no 8 de dezembro. A reunião, que será realizada no auditório Senador Nelson Carneiro, no Palácio 23 de Julho, das 14h às 16h, servirá para a apresentação detalhada dos produtos e serviços do banco voltados para pessoas físicas, tais como planos de financiamento, contas correntes e poupança, além de fundos de investimentos.

Direitos dos conselheiros

Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, o deputado Paulo Ramos (PDT), reuniu-se, no dia 21, com conselheiros tutelares para discutir a atual situação destes profissionais. Eles reclamam de piso salarial inexistente, falta de férias e carga horária excessiva. O pedetista, que apresentou projeto de lei enumerando os direitos trabalhistas da categoria, pretende realizar audiências públicas no interior do estado, para discutir as dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Tutelares nos municípios. A primeira cidade a receber a comissão será Magé, em data ainda a ser definida.

Emendas para a infância

A vice-presidente da Frente Parlamentar pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, deputada Cida Diogo (PT), recebeu, no dia 22, representantes de instituições governamentais e não-governamentais para discutir emendas ao Orçamento que permitam o funcionamento de programas que acolhem menores de idade vítimas de maus-tratos ou em conflito com a lei. As entidades comprometeram-se a enviar sugestões à comissão.

ENTREVISTA PAULO PINHEIRO

DEPUTADO PELO PPS

'A gestão da saúde no Rio vai mal'

FRANCIANE LOVATI

O presidente da Comissão de Saúde da Alerj, deputado Paulo Pinheiro (PPS), acredita que os recursos da saúde do estado são mal administrados. "O principal problema é a gestão. A administração da saúde, tanto no Estado quanto no município do Rio, é péssima", aponta. O deputado acrescenta que a função da comissão é fiscalizar o funcionamento do sistema público da área como um todo, para identificar os problemas e, assim, exigir soluções do Poder Executivo. É o que faz, nas vistorias e diligências que realiza frequentemente. "Para que isso funcione é preciso estar sempre antenado nos problemas, e levar essas discussões para as audiências públicas", esclarece o deputado.

Como é o trabalho da Comissão de Saúde da Alerj?

A nossa função é fiscalizar. Nós já visitamos todos os hospitais da cidade do Rio de Janeiro, sejam eles municipais, estaduais, federais ou da rede privada. A partir de denúncias, nós avaliamos o que vem acontecendo nos locais que são reportados à comissão. Para receber essas reclamações, a comissão conta com o Disque-Saúde (0800-239191), onde recebemos mais de 50 ligações por dia. Além disso, nós atendemos também reclamações de funcionários destas unidades. Foi o caso do Hospital de Infectologia São Sebastião no Caju. Recebi um abaixo-assinado com 227 assinaturas, onde os servidores reclamam das condições de trabalho. Além disso, todos os dias eu visito uma ou duas unidades de saúde, para avaliar e fiscalizar os problemas.

Quais são os principais problemas que a comissão encontra na saúde do estado?

Os recursos são gastos de forma ineficiente, e esse é o maior problema do se-



Dafne Capella

tor. Não tenho dúvida de que a gestão da Saúde no Rio de Janeiro vai muito mal. Não conseguimos ter condições para oferecer um atendimento de qualidade. Os problemas vão desde a falta de medicamentos até a falta de comida ou de funcionários. Visitamos hospitais em que as empresas prestadoras de serviços

"Os recursos são gastos de forma ineficiente, e este é o maior problema do setor"

não estão sendo pagas pelo estado. Vistoriamos também hospitais que fazem hemodiálise, muitos deles privados, em que havia problemas de higiene. Descobrimos maternidades que não tinham alimentação adequada para os bebês, porque a Prefeitura não pagava a firma de alimentação. Mesmo assim, acho que os principais problemas são os gerenciais.

Quais seriam, então, as soluções pro-**postas pela comissão?**

Nós temos três caminhos para solucionar esses problemas. Podemos interpellar o Governo na Justiça, cobrar do Executivo uma ação efetiva ou fazer uma lei para regulamentar a situação. Um exemplo é a lei que aprovamos para seguir e fiscalizar a confecção e oferta de alimentação parenteral. Isso porque nós visitamos um hospital em que morreram crianças com complicações e infecção devido a alimentação parenteral nos CTIs neonatais públicos. Constatamos o problema e expusemos a situação na Casa, através de uma audiência pública, e formulamos um projeto de lei. Além disso, acho que o dinheiro da Saúde no Rio está sendo mal gasto e, por isso, entrei com uma representação no Ministério Público solicitando que ele entre com uma ação civil pública contra o Estado.

Quais são os planos da Comissão?

Queremos aumentar o número de audiências públicas, para que possamos trazer a sociedade civil para dentro da Assembleia. Assim, a população poderá entender os problemas e nos ajudar na fiscalização.